

**Das lutas populares de El Alto à descontinuidade democrática:
Uma análise sobre a crise do Governo Evo Morales**

**From popular struggles in El Alto to democratic discontinuity:
an analysis of the Evo Morales government crisis**

**De las luchas populares en El Alto a la discontinuidad democrática:
una análisis de la crisis del gobierno de Evo Morales**

Rafael Pinheiro de Araujoⁱ

Mariana Bruceⁱⁱ

Resumo: O 10 de novembro de 2019 marcou mais uma ruptura institucional da história boliviana. Evo Morales renunciou ao seu mandato por pressões das Forças Armadas, justificadas pela convulsão social que assolou o país após o primeiro turno da eleição presidencial, em 20 de outubro. A Bolívia então viveu uma profunda crise política, que foi aprofundada pela pandemia decorrente do vírus Sars-Cov-2 (COVID-19). A proposta deste artigo é, em primeiro lugar, promover uma breve análise social dos Governo Morales a partir da cidade de El Alto e de suas organizações territoriais de base, uma vez que esta é considerada uma das principais bases sociais e políticas do governo. O intuito é observar mais especificamente como se deu uma crescente deterioração do apoio prestado ao governo. Na sequência, refletir sobre os meandros do processo que culmina na renúncia forçada do Presidente, buscando identificar se houve, de fato, um golpe de Estado em 2019 na nação andino-amazônica.

Palavras-chaves: Evo Morales. Golpe de Estado. El Alto

Abstract: November 10, 2019 was marked by another institutional break in Bolivian history. Afterwards, on October 20, Evo Morales resigned his mandate due to pressure from the Armed Forces, based on the social upheaval that impacted strongly the country after the first round of the presidential election. Since then, Bolivia has been suffering a deep political crisis, which increase substantially due to pandemic caused by the Sars-Cov-2 virus (COVID-19). Purpose of this article is, first, promote a brief social analysis of the Morales Government. Will we study the case from the city of El Alto and its grassroots territorial organizations, since this is considered one of the main social and political bases of the government. Aim is to observe more specifically how there has been an increasing deterioration of support provided to the government. Then, reflect on the intricacies of the process that culminates in the forced resignation of the President, seeking to identify whether there was, in fact, a coup d'état in 2019 in the Andean-Amazonian nation. Likewise, we will assess whether there was a coup d'état in 2019 in the Andean-Amazonian nation.

Keywords: Evo Morales. Coup d'etat. El Alto

Resumen: El 10 de noviembre de 2019 marcó otro avance institucional en la historia de Bolivia. Evo Morales renunció a su mandato por presiones de las Fuerzas Armadas, justificadas por la conmoción social que asoló al país tras la primera vuelta de las elecciones presidenciales en el 20 de octubre. Bolivia vivió, desde entonces, una profunda crisis política, que se agudizó con la pandemia resultante del virus Sars-Cov-2 (COVID-19). El propósito de este artículo es, en primer lugar, promover una breve análisis social del Gobierno de Morales desde la ciudad de El Alto y sus organizaciones territoriales de base, ya que esta ciudad es considerada una de las principales bases sociales y políticas del gobierno. El objetivo es observar más específicamente cómo se ha producido un creciente deterioro en el apoyo brindado al gobierno. Luego, reflexionar sobre las complejidades del proceso que culmina con la renuncia forzada del presidente, buscando identificar si hubo, efectivamente, un golpe de Estado en 2019 en la nación andino-amazónica.

Palabras-claves: Evo Morales. Golpe de Estado. El Alto

Introdução

Em 2005, Evo Morales Ayma foi eleito o primeiro presidente indígena da Bolívia com a proposta de estabelecer um novo Pacto Social para o país. Este seria implementado a partir da realização de uma Assembleia Constituinte que fosse capaz de implementar matrizes originárias até então silenciadas pelo racismo estrutural e pelo colonialismo interno. Morales Ayma foi candidato pelo *Movimiento al Socialismo/MAS*, partido criado em 1995 como Instrumento Político para Soberania dos Povos (IPSP), e que é protagonizado pelos cocaleiros da região do Chapare, localizado no departamento de Cochabamba.

Ao longo da primeira década do século XXI, o partido construiu um bloco históricoⁱⁱⁱ que agregou setores médios urbanos, entidades sociais, sobretudo as indígenas, em prol de uma candidatura que representasse o protagonismo popular nas instituições estatais e que impulsionasse modificações nas estruturas socioeconômicas e políticas até então vigentes.

Sindicalista, Morales já havia participado de seis federações cocaleiras desde a década de 1980, foi eleito deputado em 1997, participou ativamente das manifestações de rua durante os anos 1990 e 2000. Em 2002, candidatou-se à presidência e foi derrotado por 1,6% dos votos. Em 2005, foi vitorioso, angariando 53,74% dos votos (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2002 e 2005).

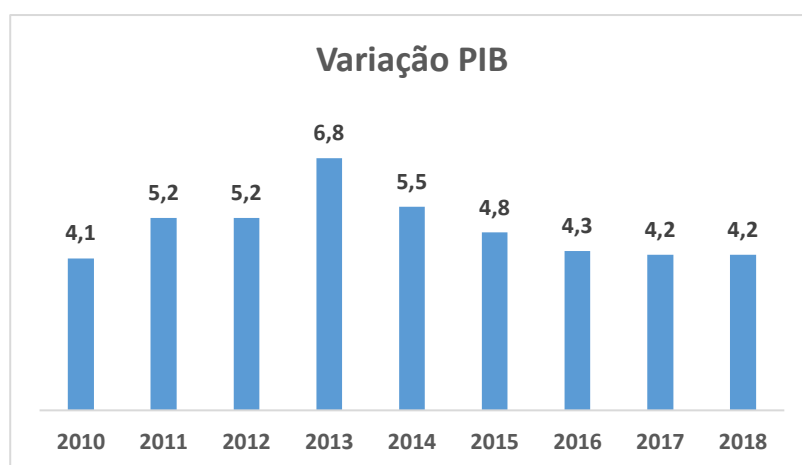
Dividimos a gestão de Evo Morales em três grandes recortes temporais: I - 2005 à 2009, fase que corresponde ao período da primeira vitória eleitoral, a aprovação da nova Carta Magna e a sua eleição de acordo com os parâmetros da Constituição promulgada em fevereiro de 2009; II - 2010 à 2016, período que diz respeito ao segundo mandato, quando se investe com maior fôlego no chamado *Proceso de Cambio*, ao passo em que, apesar de conservar ainda considerável popularidade, o governo experimenta algumas fissuras em suas bases sociais, como abordaremos posteriormente a partir da experiência de El Alto; e III - 2017 à 2019, fase na qual ocorre uma crise mais aguda que começa com a derrota no Referendo Constitucional de 2016, que propunha a reeleição indefinida para a presidência, e

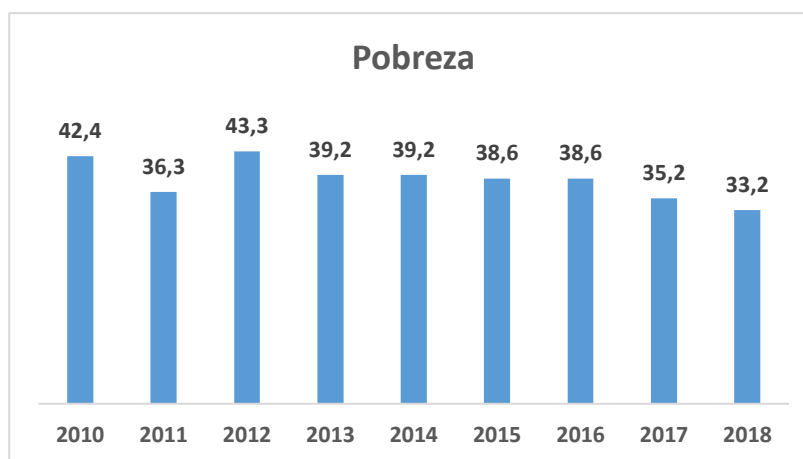
termina com a interrupção democrática de novembro de 2019. Esse desmembramento contribui para o entendimento de como a base eleitoral e social do MAS arrefeceu ao longo dos anos, apesar do país ter vivido um ciclo de expansão econômica e combate contínuo à pobreza..

Podemos caracterizar o primeiro período (I) como um momento que notabilizou-se, entre outros elementos, pela expectativa de implementação das reivindicações populares previstas no Pacto de Unidade e na Agenda de Outubro de 2003^{iv}. A Constituinte trouxe como possibilidade real o estabelecimento da plurinacionalidade e do comunitarismo estatal, algo que por si só já resultava em profundas mudanças e tensões, pois envolvia a denúncia do colonialismo interno e a implementação de novos mecanismos de descolonização e retratação histórica^v. As disputas nesse período se acirraram de modo que a extrema polarização entre o governo e as elites departamentais ameaçaram a consolidação do processo constituinte e da própria unidade territorial boliviana. Essa fase finaliza-se com o triunfo de Morales no referendo revogatório de mandato em agosto de 2008, na aprovação popular da Carta Magna, em janeiro de 2009, e na sua reeleição como presidente nesse mesmo ano.

A segunda fase (II) representou o auge da gestão Morales. Inaugurou-se com mais uma posse simbólica do Presidente no parque arqueológico de Tiwanaku, em janeiro de 2010, e concluiu-se em fevereiro de 2016, quando a proposta de mudança constitucional favorável à reeleição indefinida para a chefe do executivo foi derrotada no referendo. O auspicioso contexto internacional decorrente da valorização das *commodities*^{vi} no mercado internacional e acertos na condução da política econômica possibilitaram ininterrupta expansão do PIB e diminuição da pobreza, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir.^{vii}

Variações do PIB e dos índices de pobreza entre 2010 e 2018^{viii}





Fontes: CEPAL, 2012, 2014, 2017, 2019, 2020.

Apesar dessa segunda fase representar o apogeu da gestão de Morales, ocorreram tensões com as bases sociais que o apoiavam. Um exemplo disso foi o *Gasolinazo*, ocorrido em 2010. Na ocasião, o governo implementou o Decreto 748/2010 que, na prática, aumentou de forma significativa o preço dos combustíveis. A medida fez com que estourassem protestos pelo país, sendo a cidade de El Alto um dos seus epicentros. Apesar de contornada as mobilizações, com a revogação do Decreto, ocorreram cisões na base social do MAS, comprometendo a unidade do bloco histórico que o sustentava.

Outro exemplo de fissura no campo político do MAS ocorreu em 2011. Nesse episódio, assistimos ao embate do governo com os movimentos indígenas do oriente boliviano em virtude da proposta de construção de uma rodovia sobre o *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré/TIPNIS*. A reação a esse projeto levou 500 mil pessoas em marcha a La Paz em 2011^{ix} e criou uma tensão com movimentos sociais dessa parte do país que acompanhou o governo até seus últimos dias.

Apesar desses conflitos, em outubro de 2014, ocorreu mais uma renovação do mandato presidencial de Morales, que foi reeleito com 61% dos votos. Com isso, tivemos a terceira e última etapa (III) de sua gestão. Ela foi marcada por dois eventos simbólicos: a derrota na consulta popular de fevereiro de 2016 e a ruptura institucional de 10 de novembro de 2019, que culminou com a destituição de Morales e a sua fuga para o México.

Diante desse complexo cenário, a proposta deste artigo é, em um primeiro momento, compreender como se deram as fissuras na base social do governo Evo Morales, utilizando como estudo de caso, a atuação das *juntas vecinales*^x da estratégica cidade de El Alto. Este relevante centro urbano sediou alguns dos maiores conflitos ocorridos na história boliviana – dos tempos coloniais até o seu tempo presente –; e possui considerável influência sobre os rumos políticos da história sua recente^{xi}. Devido a sua relevância, foi realizada, em 2017, uma pesquisa de campo com lideranças e ex-lideranças das *juntas vecinales*. As fontes coletadas naquele momento nos auxiliam na compreensão de como se deram, na prática

social, algumas das tensões, conflitos e contradições que se estabeleceram com o governo do MAS, conforme referenciado nos segundo e terceiro ciclos descritos acima. Mesmo que tais recortes reservem algumas especificidades, acreditamos que, ainda assim, eles podem nos auxiliar na reflexão sobre a perda de unidade na base social de Evo Morales a partir de uma instância mais empírica e concreta do processo.

Na sequência, analisaremos a destituição de Morales, buscando aferir os seus aspectos mais específicos, os sujeitos sociais atuantes naquele evento e os possíveis vínculos desse acontecimento com o contexto regional, marcado, a partir de 2009, pela recorrência de rupturas institucionais. Discutiremos, além disso, as possíveis definições teóricas desses processos enquanto golpes de Estado e, por fim, analisaremos o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) na crise política transcorrida entre 25 outubro e 10 de novembro de 2019.

1 – A crise do governo Morales a partir de El Alto

El Alto é conhecida pela insígnia “*El Alto de Pie: Nunca de Rodillas*” que expressa o simbolismo de uma cidade que conta com uma histórica resistência oriunda dos tempos do colonialismo espanhol e que se desdobra até os dias atuais. No contexto do governo Evo Morales, a promulgação da nova Carta Magna, em 2009, deu-se, não por acaso, nessa cidade. Dela, Morales conclamou todo o povo a jamais colocar-se de joelhos e seguir lutando pela reconciliação do seu passado milenar com o presente, ressaltando a soberania e a unidade na luta a partir daquele momento, como podemos observar no seguinte trecho de seu discurso:

Hermanas y hermanos, es impresionante lo que estamos haciendo, de la rebelión de nuestros antepasados a la revolución democrática y cultural, de la revolución democrática cultural a la refundación de Bolivia. De la refundación, y es mi pedido, con respeto, de la refundación de Bolivia, a la reconciliación de los originarios milenarios con los originarios contemporáneos, respetando la igualdad de todos los bolivianos, de todas las bolivianas. Necesitamos un poco de tiempo para esta reconciliación; trabajemos, como siempre, con todas nuestras fuerzas sociales, con nuestras instituciones del Estado, por eso hermanas y hermanos, hoy día, histórico, proclamamos el Estado plurinacional, desde la ciudad de El Alto, desde Bolivia para el mundo. Para terminar, quiero que me ayuden a decir, ¡El Alto de pie, nunca de rodillas! ¡Bolivia de pie, nunca de rodillas! ¡Patria o muerte! ¡Venceremos! ¡Qué viva Bolivia unida con autonomías! ¡Jallalla Bolivia soberana! ¡Kausachun Bolivia digna! ¡Kausachun! (MORALES AYMA, 2009a)

Desde os tempos de Bartolina Sisa e Tupaj Katari^{xiii}, líderes de uma insurreição popular que reuniu milhares de indígenas e que resultou no famoso sítio a La Paz, em 1781, foram inúmeros os episódios nos quais El Alto ocupou um lugar central nas disputas políticas da nação andino-amazônica^{xiii}. A cidade é estratégica do ponto de vista militar e geopolítico. Sua localização, literalmente, no alto de La Paz, faz dela a principal porta de entrada da capital. Por El Alto passam também as principais estradas que ligam La Paz ao restante do país. Ela abriga, ainda, o seu principal aeroporto internacional. Por essa razão, a tática de obstrução de vias na cidade é reiteradamente utilizada em momentos de crise, uma vez que disso resulta o “estrangulamento de La Paz” (MACCHIAVELLO, 2008, p. 87).

El Alto é a quarta cidade mais habitada da Bolívia. Ela conquistou sua autonomia de La Paz e recebeu seu próprio estatuto somente em 1988. A alta concentração populacional e a sistemática ausência do Estado na oferta de políticas públicas resultaram em profundos problemas sociais e de infraestrutura, que não acompanharam o seu crescimento. Ela consiste em uma cidade pobre (seus habitantes sobrevivem com cerca de U\$2 por dia) e com um contundente *déficit* estrutural. Apesar disso, como afirma a antropóloga Sian Lazar (2013, p. 43), “la ciudad es más que la suma de sus problemas sociales”. Etnicamente, ela é marcada por forte presença dos descendentes dos autóctones. No último censo realizado, em 2012, dos aproximadamente 850 mil habitantes (INE, 2012) entrevistados, 80% consideravam-se indígenas e 74% autodenominam-se aymará. Para Raul Zibechi (2006 apud MACHIAVELLO, 2008: 95), El Alto é a “primeira grande cidade índia do continente”.

Na pesquisa realizada na cidade, em 2017, foi enfatizada a experiência das *juntas vecinales*, que atuam como micro-governos locais, responsáveis pela gestão territorial das suas diferentes zonas e que se articulam em várias escalas organizativas, desde uma abrangência mais imediata, como as juntas propriamente ditas, passando pela regional, com os *ampliados distritales*, municipal, com a *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* e até nacional, com a *Confederación Nacional de Juntas Vecinales/CONALJUVE*^{xiv}. Nesse sentido, a análise social subsequente que se faz sobre a gestão de Evo Morales, a partir das organizações populares de El Alto, sustenta-se nas organizações territoriais de base de alguns dos seus distritos.

As *juntas vecinales* são construídas a partir de uma zona localizada em cada distrito da cidade. Elas podem reunir cerca de 200 famílias e 400 lotes. Seus dirigentes são eleitos a cada dois anos e elas atuam como governos locais, muitas vezes paralelamente às estruturas estatais. Dessa forma, em alguns momentos, elas fazem a sua mediação com a sociedade, ora as substituem, sobretudo, nos casos em que é inócua sua presença. Segundo

Câmara (2011, p. 64), a origem das *juntas* confundem-se com “o processo de urbanização do país ao longo do século XX”.

Para Fanny Nina, ex-dirigente, primeira e única mulher presidenta da FEJUVE, este modo de organicidade representa um poder territorial baseado em uma capilaridade potente que viabiliza que as decisões tomadas em instâncias maiores alcancem rapidamente a todas as zonas e, da mesma forma, que demandas mais específicas de uma determinada localidade possam chegar com força em uma instância representativa mais ampla. No contexto de grandes mobilizações no país, como foi o caso da Guerra do Gás de 2003, essa estrutura política demonstrou-se muito eficaz.

Desde las bases tenemos las asambleas zonales, luego viene los ampliados distritales y luego viene los ampliados de la FEJUVE de El Alto. En este último es donde se sacan las decisiones mayores, por ejemplo, para una movilización. Decidimos arriba y luego bajan para los ampliados distritales y para las asambleas zonales donde está la máxima autoridad de los vecinos, después vuelve a subir a la Federación. Este es nuestro modo de organización. Es por eso que en las grandes movilizaciones que hemos hecho teníamos fuerza. Porque las decisiones llegan hasta los últimos rincones de El Alto. Por eso representa un poder territorial (NINA, Entrevista, 2017).

As *juntas* incorporam um conjunto de valores e princípios herdeiros das tradições comunitárias indígenas e do sindicalismo mineiro, elementos que lhe imprimem um perfil diferenciado quando comparadas com as associações de moradores de matriz liberal. É uma outra lógica organizativa, mais complexa, que expressa maior coesão social, com diversos mecanismos de ação coletiva e de mútuo auxílio (RAMIREZ, 2005, P. 33).

Destacar essas formas de organização é um convite para refletirmos sobre as dinâmicas organizativas pré-existentes à eleição de Morales e que apontam para um entendimento de que a relação que se constrói na sequência com o governo *masista* é atravessada por dimensões de autonomia e dependência. Tal complexidade, que escapa a qualquer solução maniqueísta, é que nos leva a compreender de que maneira a eleição de Morales potencializa alguns aspectos da organização popular, mas, ao mesmo tempo, não soluciona todas as contradições estabelecidas no âmbito da construção de um Estado Plurinacional e Comunitário.

Em 2005, a cidade de El Alto concedeu uma votação histórica de 77% a Evo Morales nas eleições presidenciais (REVILLA, 2007, p. 5), feito repetido em sua reeleição em 2009^{xv}. A vitória do candidato do MAS, a instalação da Constituinte, a reivindicação de um *Proceso de Cambio* - inspirado na Agenda de Outubro de 2003^{xvi} - e a construção de um Estado Plurinacional e Comunitário possibilitaram um horizonte de grandes transformações para a cidade.

Porém, para muitos dirigentes entrevistados, as expectativas de mudanças não se concretizaram de maneira satisfatória. Se é certo que foram construídas importantes brechas para que os movimentos indígenas pudessem encontrar maiores espaços para expor suas demandas e praticar o poder comunal^{xvii}, em muitos casos, houve também um processo de silenciamento, instrumentalização de entidades representativas e esvaziamento das lutas sociais.

Nas entrevistas realizadas em 2017, muitos ex-dirigentes da FEJUVE reclamaram que na cidade perpetuavam-se muitas das suas históricas carências. Em razão disso, havia a necessidade de uma maior atenção governamental para a resolução das problemáticas urbanas e sociais. A Agenda de Outubro seguia como referência política fundamental das esperanças de transformação, mas, para alguns grupos, não houve, de fato, o cumprimento deste projeto, ao contrário do prometido por Morales.

As disputas decorrentes da necessidade de garantia do apoio da cidade ao MAS levaram a um processo de partidização das organizações coletivas, que resultou na fragmentação das mesmas em oficialistas e de oposição. Isso colaborou para a ocorrência de uma crise de representatividade dessas instituições perante a base dos seus militantes, como ocorrido com a própria FEJUVE.

Em 2010, já no segundo mandato de Morales, ocorreu o *Gasolinazo*, umas das mais sérias crises políticas experimentadas pelo governo. O Decreto 748/2010 estabeleceu o aumento do litro da gasolina em 73% e o do diesel em 82%. O argumento para a medida residia na necessidade de nivelamento dos preços dos combustíveis aos praticados internacionalmente, pois, entre outras distorções, o baixo preço possibilitava o contrabando, algo que desequilibrava a economia boliviana. Porém, o aumento incidiu diretamente sobre as condições de vida da população. Em um efeito dominó, essa medida repercutiu em todas as dimensões da economia. Evo Morales tentou compensar o aumento anunciando várias ações^{xviii}. Porém, o pacote de promessas não foi suficiente para conter os protestos e pedidos de renúncia que se acumulavam em várias regiões. Da promulgação do decreto ao desfecho da crise foram cinco dias de intensas mobilizações por todo o país.

Em El Alto, o congresso da FEJUVE, sucedido em junho daquele ano, incorporou, na resolução da Comissão de Transporte e Comunicações o rechaço absoluto a qualquer aumento nas tarifas das passagens devido aos seus efeitos sobre o custo de vida e que, se houvesse algum movimento do governo nesse sentido, seria declarado estado de emergência com mobilização permanente (FEJUVE-EL ALTO, 2010).

Afastada do cargo de presidenta devido a sua posição combativa ao governo e impedida de entrar no edifício da FEJUVE, Fanny Nina encabeçou uma espécie de governo paralelo para levar às últimas consequências o estabelecido no Congresso e, para tanto,

reivindicou um dispositivo presente na Constituição de 2009 que eram os *cabildos abiertos*, prática oriunda dos tempos coloniais, quando ocorreram “verdadeiras assembleias populares que decidiam sobre todas as questões relativas à comunidade local”, onde “todos podiam participar, falar e votar em assembleia geral” (ANDRADE, 2011, p. 16-17).

Dando continuidade a essa tradição histórica, no auge da crise do *Gasolinazo*, foi convocado um *cabildo abierto* para que os cidadãos *alteños* decidissem os rumos que a cidade tomaria diante daquela crise política. Para Nina, em entrevista realizada em 2017, a experiência do *cabildo* foi um sucesso, pois várias entidades representativas incorporaram-se a sua convocação (professores, organizações de mulheres, grupos desportivos e mineiros de Oruro) e participaram da assembleia, rejeitando a convocatória feita pelo então presidente interino da FEJUVE, Claudio Luna, classificado como representante do governo. O *cabildo* decidiu a manutenção da greve e uma grande marcha em direção a La Paz foi deliberada. O descontentamento dos bolivianos com o decreto 748/2010 e as pressões das entidades sociais fez com que o presidente revogasse as suas medidas na noite de 31 de dezembro daquele ano. A despeito da conquista, Nina foi afastada da FEJUVE e só voltou a cena política três anos depois, como candidata à *alcaldia* de El Alto pelo partido *Soberanía y Libertad/SOL.Bo*, partido de centro esquerda que atuou em aliança com o MAS até 2009, quando rompeu com este campo político.

Em 2016, Morales sofreu outra derrota na cidade. Desta vez, nas urnas. No referendo de fevereiro de 2019, no qual o governo propunha uma reforma constitucional que permitiria Evo concorrer à mais uma reeleição, a proposta foi derrotada em El Alto. Fragilizado por alguns escândalos de corrupção^{xix} e imerso em um cenário de crescente polarização, Morales viu a campanha do “NO” ganhar força e ameaçar o projeto de reeleição indefinida para presidente proposta pelo MAS^{xx}. Nina, por exemplo, foi uma das lideranças que participou ativamente da campanha do “NO” por considerar que, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, era necessária uma renovação de quadros políticos no cenário nacional e o respeito à Constituição. Nos muros da cidade, em 2017, como observamos, ainda era possível observar o legado da polarização que então se colocava entre o “SI” e o “NO”.

Morales perdeu o referendo, mas, depois, com uma manobra burocrática no Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), ele conquistou, em dezembro de 2018, a possibilidade de uma nova candidatura. O argumento jurídico foi frágil: candidatar-se ou não era uma questão vinculada a Direitos Humanos. Ele foi reeleito em outubro 2019, em um cenário marcado por uma profunda crise de representatividade, tensões políticas e disputas em várias dimensões, como veremos posteriormente.^{xxi}

El Alto, por sua vez, espelhava fortemente tais tensões. Desde 2015, a FEJUVE havia se dividido em duas federações, uma mais vinculadas ao MAS e ao governo, outra mais ligada ao partido de oposição *Unidad Nacional* (UN) e às demais entidades sociais que se antagonizavam com o governo *masista*, em um quadro acumulado de muitas insatisfações com obras inacabadas, ameaça de inflação sobre os alimentos, aumento do preço das passagens de ônibus e de desemprego. A cada crise, os conflitos político-partidários que opunham a UN, de um lado, e o MAS, de outro, tendiam a levar tais demandas mais objetivas da cidade para outro plano de disputas ideológicas que diziam mais respeito às questões de caráter nacional, como se haveria continuidade ou não do *Proceso de Cambio* liderado por Evo Morales.

Para Irene Ojeda, dirigente das manifestações de Outubro de 2003, em 2017 prevalecia uma visão cética dos rumos assumidos pelo governo. Aquele ideal de um governo indígena que mobilizou tantos setores populares para as eleições de 2005, já não encontrava mais a mesma sustentação. Para Ojeda, a gestão do MAS impulsionava o consumismo, a dependência das bolsas sociais e uma postura mais resignada a uma globalização que não respeita os direitos da natureza e o Bem Viver^{xxii} e, portanto, cada vez mais distante do ideal contido na Agenda de Outubro. “El Vivir Bien no ha implementado el gobierno. [...] Son 10 años de gobierno en los cuales ellos no pueden implementar el Vivir Bien. [...] Y no vamos llegar al Vivir Bien mientras no haya empleo seguro, con seguro social. Eso es el problema de fondo” (OJEDA, Entrevista, 2017).

Tal perspectiva foi ratificada por outros dirigentes entrevistados. Luis Flores Mendonza, também ex dirigente da FEJUVE da Guerra do Gás de 2003, questionou até mesmo a identidade aymara do presidente.

Esperamos que eso termine porque ya el pueblo está cansado. No solo El Alto está cansado. Si tú vas a las provincias y pregúntales, “como vas hermano, ¿tú vas a votar por Evo? ¡No! ¡No vamos a votar por él! Aunque sea indígena, aunque sea disfrazado. ¡No! Porque ahorita es... Evo Morales crece porque es indígena... ¡No! Peor, él no habla aymara. No habla aymara. Entonces, ¿cómo puede ser indígena? [...] El gobierno no es para nosotros. No nos representa. No a nosotros. A El Alto, a nosotros, nos ha puesto a un lado. Eso no está bien. Duele el corazón. A todos los hermanos así está dolido el corazón. Por eso así no más se está mirando, porque a nosotros de repente nos pueden matar” (FLORES, Entrevista, 2017).

Como veremos na sequência, a saída de Evo Morales do governo em 2019 foi resultado de um longo processo de desgaste e fragmentação de muitas de suas bases sociais. Estas já não estavam mais reunidas em um bloco histórico capaz de resistir às ações engendradas pelas oposições liberal e de extrema-direita. As tensões com o MAS eram latentes entre os militantes de diversas organizações sociais que relacionavam-se com o partido.

Apesar dos conflitos com o governo, no entanto, a cidade foi um palco importante de resistência ao golpe de Estado de novembro de 2019. Muitos dos episódios de violência que se seguiram ao não reconhecimento da vitória de Evo Morales pelas oposições ocorreram naquela cidade, como reportado em diversos veículos de comunicação bolivianos. Fala-se de centenas de ônibus incendiados, perseguição de lideranças políticas, corte no serviço de água potável e ataques às instalações de empresas vinculadas a empresários e políticos envolvidos com a ruptura institucional - como a empresa Avícola Sofia. A FEJUVE oficial de orientação *masista* chegou a convocar a população a conformar comitês de autodefesa, bloqueios e mobilização permanente para reverter o quadro. Em Senkata, um dos distritos de El Alto, pelo menos 37 pessoas foram mortas nos confrontos ocorridos nas manifestações contra o golpe no que ficou sendo chamado como “massacre de Senkata” (CÚNEO, 2019).

Todavia, diante desse cenário, a FEJUVE não tinha a mesma capilaridade, legitimidade e capacidade de mobilização de outrora devido às divisões internas assinaladas anteriormente. A sua capacidade de influência na luta política naquele momento foi análoga a da Central Obrera Boliviana (COB), cuja entidade também teve pouca capacidade de defender o governo Morales com a firmeza que a situação requeria. Isso pode ser observado na estratégia das duas entidades sociais de buscar a “pacificação” do país. Esse estratagema, inclusive, levou à sugestão de renúncia de Morales pelo seu próprio presidente, Juan Huarachi. (cf. ABI, 21/11/2019, “Gobierno, FEJUVE de El Alto y 20 provincias de La Paz instalan diálogo este viernes en Palacio Quemado”).^{xxiii}

A história de El Alto tem suas especificidades. Elas expressam a complexidade das relações entre organizações sociais e o governo de Evo Morales, analisada sucintamente neste artigo. Tais elementos nos ajudam a compreender as razões que possibilitaram a ruptura institucional de uma maneira mais concreta. Ainda assim, mesmo com todas as críticas apresentadas, potencialidades emancipatórias seguem (re) existindo. Afinal, elas estão colocadas desde os tempos coloniais quando tiveram início as lutas nessa região. A disposição para seguir lutando continua. Ojeda segue atuando em organizações cívicas revindicando suas bandeiras históricas e atuando de forma protagônica na gestão local de sua zona. Nina, Luis Flores e tantos outros ex dirigentes entrevistados nessa pesquisa, também. Cabe a nós acompanharmos, atentos, os desdobramentos desse processo.

2 - A descontinuidade democrática: trama, atores e impactos regionais

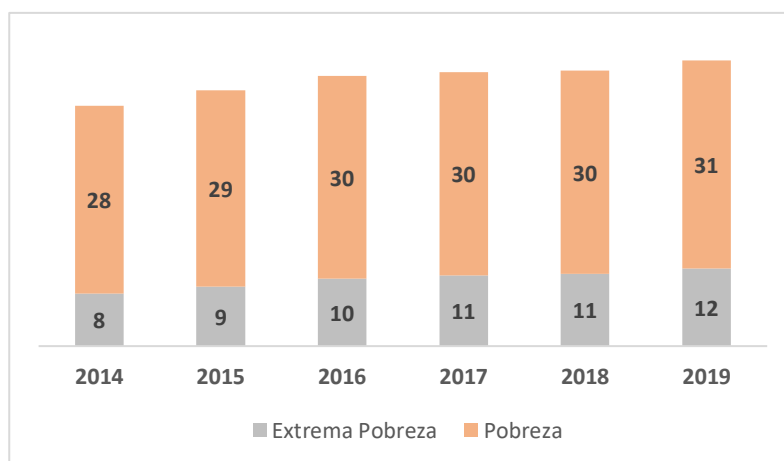
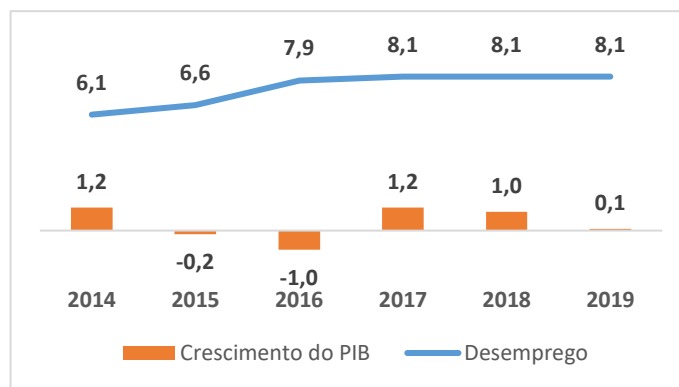
A ruptura institucional na Bolívia insere-se em um contexto da história do tempo presente marcada pelo fortalecimento dos grupos de direita e de extrema direita latino-americanos. Identificamos essa tendência, após 2014, em razão das eleições de candidatos

presidenciais do campo, como Mauricio Macri (2015), Sebastian Piñera (2017) e Jair Bolsonaro (2018), respectivamente, na Argentina, no Chile e no Brasil. A esses acontecimentos, agregamos a expansão da influência política desse campo, observado no aumento do ativismo de suas personalidades e organizações sociais, ao mesmo tempo em que há um forte ativismo em redes sociais, como Twitter e Facebook. Habilmente, a extrema direita mobiliza parcelas da opinião pública para as suas pautas antipolítica, autoritárias e conservadoras por meio dessas redes sociais.

Em nosso objeto de estudo, constatamos essa tendência na campanha presidencial do polêmico sul-coreano de Chi Hyun Chung, conhecido como “Dr. Chi”^{xxiv}. Candidato da extrema-direita em outubro de 2019, ele notabilizou-se por articular forte propaganda nas redes sociais e realizar um discurso antipolítica, carregado de insígnas cristãs, machistas, homofóbicas e racistas^{xxv}. Igualmente, destacamos a atuação do coletivo Resistência Juvenil Cochala (RJC)^{xxvi}. Esta força paramilitar manuseou as redes sociais contra Evo Morales ao longo do período eleitoral e fortaleceu sua militância nas redes sociais e nas ruas entre os tensos dias de outubro e novembro de 2019.

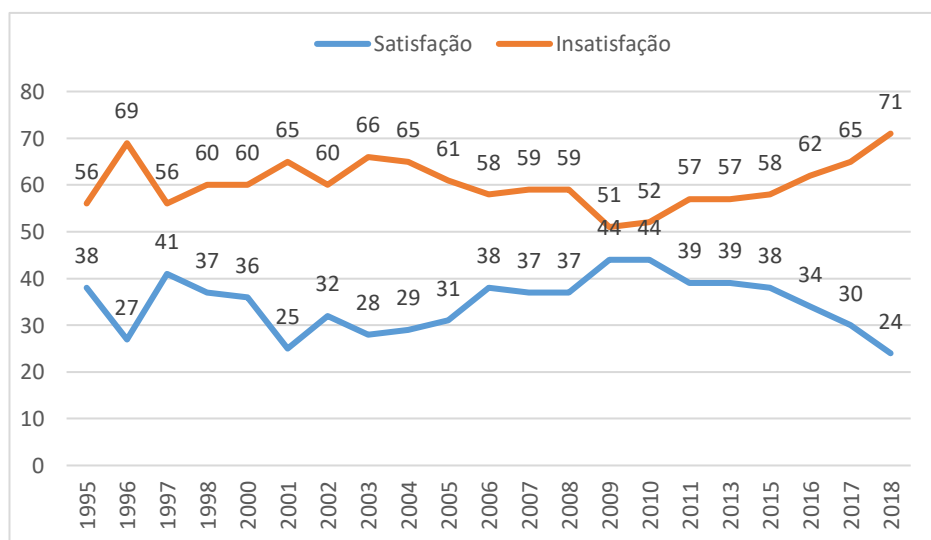
Dessa forma, acreditamos que o revigoramento da direita latino-americana decorreu de alguns fatores, tais como: I - o declínio econômico e a deterioração das condições sociais de vida deflagradas com o fim dos altos preços internacionais das *commodities* após 2013^{xxvii}, como demonstramos na tabela a seguir; II - O esgotamento político dos governos de esquerda da denominada “onda rosa”^{xxviii}, em decorrência, dentre várias motivações, das práticas de corrupção e do distanciamento das bases sociais; e III - a diminuição da legitimidade das democracias liberais, entre várias razões, pelos deletérios efeitos dos elementos apresentados nos itens “I” e “II”, como observa-se no gráfico abaixo.

Percentuais de desemprego, pobreza, extrema pobreza e crescimento do PIB latino-americano entre 2014 e 2019



Fontes: CEPAL (2019)

Apoio à democracia na América Latina (1995-2018)



Fonte: Informe Latinobarômetro (2018)

Observamos essa propensão em nossa vivência na cidade de El Alto. Lá, evidenciamos de que maneira a eleição de Evo Morales, em um primeiro momento, foi compreendida como uma possibilidade real e concreta de transformação social que transcorria a partir de crescente organização popular. Posteriormente, as contradições políticas do seu governo acumularam-se e, em seu segundo mandato, elas propiciaram as duas contendas abordadas nesse artigo: o

Gasolinazo de 2010 e a postura contrária à proposta de reforma Constitucional de 2016. Em ambas, o governo foi derrotado pelo movimento popular. Dentre os paradoxos assinalados anteriormente, destacamos: a fragmentação de sua base social diante de demandas estruturais que não foram integralmente atendidas, como aquelas contempladas na Agenda de Outubro, e a crise de instituições sociais, como a FEJVUVE-El Alto, que acabou se dividindo em duas, uma “governista” e uma “de oposição”.

Até aqui, utilizamos alguns eufemismos para abordar a ruptura institucional na Bolívia. Afinal, qual seria a melhor conceituação para o episódio? Uma legítima sucessão democrática, dentro dos ritos legais, ou um golpe de Estado? Acreditamos ser oportuno trazer à reflexão a teoria deste conceito para analisarmos o tema. Utilizamos as análises realizadas por Barbé (1998), Bianchi (2016), Marx (2008) e Napolitano (2019) para responder a estas questões.

Segundo Barbé (1998, Pp.545-546), o golpe de Estado consiste em uma ação impulsionada por órgãos estatais. Até o século XIX, o ato associou-se ao fortalecimento do poder de dinastias reinantes e vinculou-se, muitas vezes, a razão de Estado. Com o advento do constitucionalismo, ocorrido naquele século, a conduta passou a relacionar-se com alterações governamentais sustentadas em violações legais, que poderiam ser alavancadas por um governo ou pelo parlamento.

Como debateu Bianchi (2016, Pp. 3-4), no século XX, sobretudo em sua segunda metade, as atuações das instituições estatais e a participação de setores da burocracia profissional, como as Forças Armadas e a Polícia, tornaram-se essenciais para as abordagens do tema. A essa avaliação, agregamos as ponderações de Marx (2008) sobre a importância das articulações entre as classes sociais dominantes e da contundente mobilização sócio-política para o êxito dessa empreitada, conforme ele diagnosticou no caso francês de Luis Bonaparte, em 1851. Outro prisma relevante na definição do tema decorre da transgressão do ordenamento jurídico realizado por instituições estatais com a imposição de uma solução extralegal e de força para crises políticas e/ou sociais, como debatido por Napolitano (2019, P. 400).

Na Bolívia, como em outros países latino-americanos após 2009, a subversão da ordem democrática consistiu no caminho utilizado por partidos políticos de centro-direita e de extrema-direita para se reapropriar das estruturas de poder estatal e finalizar com experiências governamentais que buscavam desenvolver novos pactos sociais e redimensionar as estruturas produtivas nacionais.

Neste sentido, a deposição de Manuel Zelaya^{xxix} da presidência hondurenha, em 2009, ilustrou uma experiência embrionária para um novo ciclo de golpes, como os verificados no Paraguai (2012) contra o presidente Fernando Lugo; no Brasil (2016) contra a presidenta

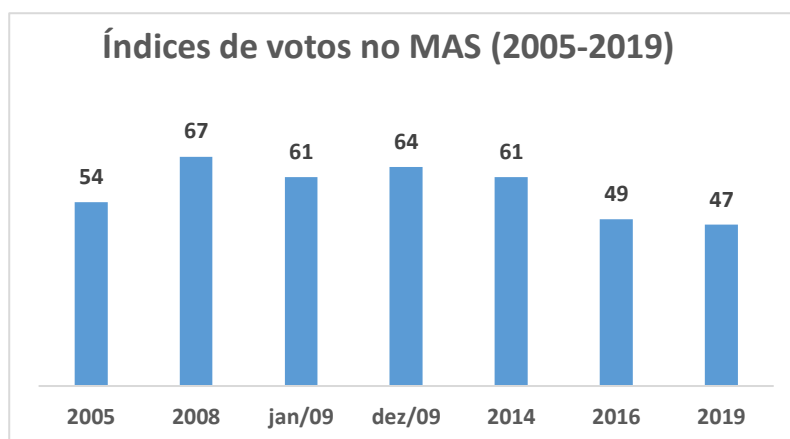
Dilma Rousseff; e, por fim, em nosso objeto de análise nesse artigo. Essas alterações extralegais da democracia tiveram características diferenciadas das experiências ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 na região, pois não tiveram o protagonismo das Forças Armadas.

Como examinaram Coelho e Mendes (2020), Silva (2018) e Tokatlian (2009), essas rupturas institucionais não contaram com a direção dos militares, como outrora. Elas cancelaram as ações inconstitucionais, mas não as lideraram. Não presenciamos atuações espetaculares e coercitivas dos militares, como ocorrido, por exemplo, no Chile (1973) ou Argentina (1976). As ações foram conduzidas pelos poderes legislativo, judiciário, setores da sociedade civil e conglomerados midiáticos. Construiu-se uma aparência de legalidade, sustentação constitucional e complacência civil, proporcionando uma auréola de legitimidade aos novos casos.

Na Bolívia, apesar da participação ativa de integrantes da Polícia e da ação do general Williams Kaliman, que sugeriu a renúncia de Morales em 10 de novembro, identificamos uma proximidade com os casos brasileiro e paraguaio. As atuações de instituições estatais, da burocracia profissional e de organizações civis foram determinantes. As Forças Armadas tiveram o papel de assentir a quebra da ordem democrática e garantir a consolidação do golpe por meio de forte repressão às organizações sociais que mobilizaram-se nos dias subsequentes.

Apesar dessa nossa avaliação, uma perspectiva de abordagem não deve ser ignorada. Antes desse fatídico episódio, o governo Morales acumulou um conjunto de insatisfações e foi alvo de críticas das múltiplas oposições, à direita e à esquerda. As discordâncias com a liderança indígena acirraram-se em razão da manobra burocrática empreendida em 2018, que permitiu a Morales concorrer ao terceiro mandato presidencial pela Carta Magna de 2009. Como ressaltamos, o argumento utilizado para essa autorização foi efêmero e extremamente questionável: concorrer a uma vaga em um cargo eletivo relacionava-se a um Direito Humano. Essa interpretação, desprovida de legitimidade política e juridicamente controversa, foi aproveitada pela oposição de direita para atacar o ex-presidente, desde então caracterizado como autoritário e golpista. A esse quadro, agregamos as veementes críticas feitas pela oposição de esquerda. Estas sublinharam aspectos negativos do governo e do funcionamento do MAS, como a burocratização, o personalismo e a centralização do poder, a permissividade com a corrupção, a cooptação de entidades sociais, o distanciamento dos eixos programáticos da Agenda de Outubro, a manutenção do extrativismo de matérias-primas e a perdulária preocupação com a justiça socioambiental e o não atendimento da soberana decisão popular do referendo de 2016 que impediu a chapa Morales/Linera de buscar mais uma recondução ao executivo.

Essas alegações foram debatidas, entre outros, por Molina (2019), Stefanoni (2019), Zibechi (2019) e Moldiz (2020) e auxiliam na compreensão da desidratação eleitoral do MAS entre 2014 e 2019, demonstrada na tabela abaixo. A diminuição da base social do partido foi verificada nas críticas das lideranças e ex-lideranças da FEJUVE de El Alto e da COB, apontadas anteriormente, e nas próprias ruas bolivianas, entre 20 de outubro e o fatídico 10 de novembro de 2019.



Uma perspectiva destacou-se no caso boliviano. Distintamente da deposição de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, a nação andino-amazônica não vivia um período de profunda crise econômica e deterioração das condições sociais de vida que contribuíssem para insuflar as mobilizações anti-governamentais, como exteriorizamos em nossas considerações iniciais. Pelo contrário. Os bolivianos usufruíam um bom momento econômico e possuíam programas sociais^{xxx} que cooperavam com a diminuição da pobreza e da extrema-pobreza, como atestado em nossas notas introdutórias. Neste sentido, Moldiz (2020, Pp. 31-32), Ministro de Governo Morales em 2015, afirmou que o governo se equivocou ao desprezar o clima de convulsão social urbana contra si. As contradições assinaladas anteriormente, exemplificada na experiência de El Alto, fizeram com que o MAS não tivesse uma força social autônoma capaz de defender o ex-presidente em um contexto de extrema polarização, como identificado após o 1º turno do pleito, em 20 de outubro de 2019.

Naquele escrutínio, a chapa do MAS enfrentou outras sete candidaturas. De acordo com os resultados divulgados pelo tribunal eleitoral, Morales obteve 47,08% dos votos e Carlos Mesa, candidato pelo Comunidade Cidadã (CC), ficou em segundo lugar, com 36,51%.^{xxxi}

Candidatos, partidos e percentuais de votos na eleição de 2019

Candidato	Partido	Votos
Evo Morales	MAS	47,08
Carlos Mesa	CC	36,83
Chi Hyun Chung (Dr. Chi)	PDC	8,8

Óscar Ortiz	Bolívia Dice No (21F)	4,33
Félix Patzi	MTS	1,27
Virginio Lema	MNR	0,69
Ruth Nina	PAN	0,64
Víctor Hugo Cardenas	UCS	0,4

Fonte: Elecciones Generales. OEP, 2019.^{xxxiii} Elaboração dos autores

Embora saísse vitorioso nas urnas, ele não foi declarado vencedor e perdeu a batalha das ruas. As ações das oposições de centro-direita e da extrema-direita antagonizaram a sociedade boliviana e contribuíram com a deslegitimação do pleito. Contando com o beneplácito da OEA, que sustentou a tese de fraude eleitoral e insuflou os atos de rua, como abordaremos posteriormente, a deposição de Evo foi um previsível desfecho. Esta solução foi reivindicada por diversos agrupamentos sociais, como vimos anteriormente.

Acreditamos que o golpe de Estado decorreu das seguintes motivações: I - perda de base socio-política pelo MAS; II - a intolerância dos grupos mais radicais da oposição de direita. Este fato inviabilizou a construção de um acordo político entre os polos antagônicos, ao mesmo tempo que impulsionou atos racistas e extremamente violentos nos dias anteriores e subsequentes à renúncia do ex-mandatário. Identificamos isso em alguns exemplos, como a queima das *whipalas*, bandeira típica dos povos andinos, na agressão física de membros do MAS - como Patricia Arce Guzman, prefeita da cidade de Vinto^{xxxiii} -, na retórica preconceituosa em relação às tradições culturais autóctones pelas lideranças do golpe, como Luis Fernando Camacho^{xxxiv}, e na extensa utilização da simbologia cristã, como as empreendidas por Jeanine Añez no dia em que ela autoproclamou-se presidenta^{xxxv}; e III - o posicionamento político da OEA, que guiada pelo seu presidente, Luis Almagro, sustentou a legitimação interna e na comunidade internacional do desfecho golpista.

Cabe ressaltar, ainda, que de acordo com Mancilla (2019) e Molina (2020), os sujeitos sociais perpetradores do golpe foram os seguintes: forças militares e policiais, o judiciário, os grandes conglomerados de comunicação, setores universitários, as organizações representativas das classes médias e altas - como os Comités Cívicos -, grupos paramilitares e as associações empresariais. Tais grupos compuseram o bloco de poder organizado por Añez e foram os responsáveis pela crise política atravessada pela Bolívia entre outubro de 2019 e novembro de 2020, quando Luís Arce, ex-Ministro da Economia de Morales e vencedor da eleição de outubro de 2020, assumiu a presidência.

Acerca do papel da OEA, alguns pontos devem ser debatidos. Almagro denunciou irregularidades no pleito e sugeriu a realização de uma nova eleição na manhã de 10 de novembro de 2019. Ao avalizar a suspeição de fraude, a associação insuflou os protestos de rua, que ocorriam desde 20 de outubro daquele ano. A intensificação da convulsão social, em

que pese Morales aceitar a realização do novo escrutínio, foi determinante para os posicionamentos das Forças Armadas e de organizações sociais, como a FEJUVE e COB.

A OEA embasou os seus argumentos nas falhas técnicas do Sistema de Transmissão dos Resultados Preliminares (TREP)^{xxxvi}, responsável pela contagem introdutória e não oficial do sufrágio, e no pequeno percentual de votos que garantiu a vitória de Evo no 1º turno (0,57%). Os dois itens sustentaram as alegações de manipulação, consoante ao entoado pelos grupos que refutavam os resultados do escrutínio.

Inúmeros estudos foram divulgados para embasar as vertentes de fraude eleitoral e do carácter golpista da ruptura institucional. Aferimos essas análises nos seguintes trabalhos: Informe final da OEA (2019); Informe final da União Europeia (2019); Análise do diagnóstico da OEA pelo Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG) - 2019 -; relatórios do *Center for Economic and Policy Research* (CEPR) publicados em fevereiro e março de 2020, respectivamente, por Williams e Curiel e Johnston e Rosnick; Chumacero (2019); e Idrobo, Kronick e Rodríguez (2020).

Essas avaliações estabeleceram uma profícua discussão sobre as contraditórias análises do sucedido na Bolívia em 10 de novembro. Após a leitura dos relatórios produzidos pela OEA, pelo CEPR e pela CELAG, além das discussões conceituais sobre o tema, constatamos que, de fato, **Morales foi deposto da presidência por um golpe de Estado**.

Defendemos que a associação interamericana deliberadamente errou ao sustentar a tese de fraude eleitoral nas falhas técnicas ocorridas na TREP, conforme destacaram Johnston e Rosnick (2020, Pp. 12-13); e na análise de uma pequena quantidade de atas, 226, oriundas de zonas rurais, de um total de aproximadamente 34 mil súmulas de votação. As adulterações alegadamente cometidas por mesários corresponderam a 38.001 votos, dos quais 91% (34.718) direcionaram-se ao candidato do MAS. Em sua análise, a OEA universalizou a adulteração, concluindo por um pequeno número de atas, que a burla ocorreu em inúmeras mesas eleitorais, como podemos perceber no seguinte trecho:

De un total de 1.074 actas, se encontraron 59 (5,5%) con graves irregularidades desde el punto de vista pericial. En algunos casos, se verificó que todas las actas de un mismo centro habían sido completadas por la misma persona. Posteriormente, se amplió el universo de análisis, tomando una nueva muestra de 3.618 actas. De estas, se identificaron 167 (4,6%) con irregularidades de interés pericial. Se encontraron nuevamente distintas actas de un mismo centro de votación que habían sido completadas por una sola persona, lo que a todas luces constituye una transgresión ilegal de las atribuciones de los jurados de mesa y siembra dudas sobre los resultados reportados. En total, se analizaron 4.692 actas, de las cuales 226 (4,8%) presentaban las irregularidades descritas. Las actas mencionadas anteriormente corresponden a 86 centros de votación de 47 municipios del país. Esta situación denota un procedimiento altamente irregular desde el punto de vista electoral (...) Lo anterior es sólo tomando en cuenta un análisis del 13,5% de las mesas de votación. Por el patrón encontrado, un estudio que abarcara un porcentaje mayor de actas, sin duda detectaría un mayor número de falsificaciones, adulteraciones y manipulaciones (OEA, 2019, P.9).

O diagnóstico da OEA desconsiderou um aspecto pertinente: os vilarejos dos quais as atas provieram são de históricos redutos do MAS. Johnston e Rosnick (2020, Pp. 11-12) e a CELAG ressaltaram este fato. Como examinado no estudo deste Centro, se a contrafação tivesse ocorrido, a discrepância entre Morales e Mesa seria de 10,08%. Portanto, ainda assim, Evo sairia vitorioso no 1º turno. De acordo com a CELAG:

Sin embargo, incluso en el caso de que se admitieran irregularidades o, en el extremo, acciones deliberadas sobre el TREP, la OEA omite la información central sobre este sistema y es que, según la normativa electoral boliviana, el TREP no es el sistema de conteo oficial, y por lo tanto no es un sistema de conteo vinculante (...) El TREP estaba diseñado para entregar datos hasta entre el 80% y el 90%, y no más. El TSE de Bolivia entregó datos hasta el 83,76% ateniéndose, por tanto, al compromiso. La OEA, al omitir deliberadamente esta información sobre el limitado papel del TREP en el diseño de la estructura electoral, promueve la conclusión errónea de que el TREP era el sistema de conteo que debía arrojar un resultado definitivo en las elecciones contando hasta el 100% (...) las actas identificadas como “irregulares” componen el 4,8% de este universo (226 de 4.692), lo que representa únicamente el 0,25% del universo completo. Es decir, que incluso en el caso de que se asignaran en un 100% a Carlos Mesa (cosa hartamente improbable, como ya hemos visto) la distancia a Evo Morales no bajaría del 10,41% (...) Arguye la OEA como argumento final que la tendencia observada en el conteo del último 5% de actas no es estadísticamente consistente con la del proceso general. No obstante, la OEA -como ya sucedió en el informe preliminar- obvia lo evidente: que ese 5% de actas restante se obtuvo de centros de votación en zonas con mayoría abrumadora del MAS, zonas en las que incluso se practica el voto por prescripción comunitaria, un fenómeno plenamente conocido entre las distintas formas de participación de la población rural indígena boliviana (...) A la OEA parece haberle llamado la atención que en muchas de estas actas el MAS obtuvo porcentajes de votos superiores al 90%. Sin embargo, obvia decir que estos niveles de votación se registran en municipios que son tremendamente favorables al MAS. De los 47 municipios, aún descontando las cuestionadas actas, se observa que en 39 –casi el 85%– la diferencia para Evo Morales fue de más de 50 puntos porcentuales. Inclusive, si miramos con atención estos 39 municipios sin las cuestionadas actas, veremos que el MAS supera en 34 de ellos el 70% de votos válidos, mientras que CC sólo supera el 10% en 11 municipios y en ninguno alcanza siquiera el 20% de los votos (...) Finalmente, y aún en el supuesto que admitamos todos los argumentos de la OEA, y que efectivamente el presunto “fraude” detectado en el 4,8% de su muestra fuertemente sesgada pudiera extenderse al universo total del 5% de las actas finales del conjunto del escrutinio que no pasaron por el TREP, el resultado es que sólo podrían afirmarse dudas en el 0,24% de las actas totales. Si para mayor seguridad asignamos el 100% de los votos de ese 0,24% de las actas a Carlos Mesa, el resultado del proceso electoral habría sido de 46,83% para Evo Morales y 36,75% para Carlos Mesa, lo que habría mantenido la diferencia entre ambos en 10,08%, dándole la victoria a Evo Morales en primera vuelta (CELAG, 2019, PP. 2-9)

As apreciações conceituais e dos relatórios examinados nesse artigo fazem com que defendamos a tese do golpe de Estado contra Morales. Além da efetiva participação dos sujeitos sociais elencados anteriormente, escudamos que a OEA cumpriu um determinante papel na legitimação desse evento, pois assentiu a proposição de fraude eleitoral da oposição à direita.

Considerar essa linha de análise, contudo, não faz com que ignoremos a crise política que o então mandatário vivenciou com a sua base social, a ponto desta não ter se mobilizado suficientemente para impedir o golpe. A manobra legal de 2018, corroborada pelo TSE, que

abriu a possibilidade de Morales almejar um terceiro mandato presidencial, validou as narrativas dos seus adversários sobre fraude eleitoral.

O trágico desfecho foi a sua deposição da presidência, que emergiu a Bolívia em intensa crise política pouco antes da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 (COVID-19) alastrar-se pelo mundo e provocar perniciosos efeitos socioeconômicos na Bolívia, que em parte reverteram os logros aferidos ao longo dos quase 14 anos do mandato presidencial do primeiro presidente indígena da história boliviana.

Considerações finais

Longe de apresentar conclusões definitivas, a análise discurrida neste artigo nos permite observar do ponto de vista prático e teórico as condições materiais e subjetivas que explicam algumas das dimensões que levaram ao sucesso do golpe de Estado que derrubou Evo Morales da presidência em 2019.

O primeiro presidente indígena da Bolívia foi deposto após um período promissor de transformações sociais, políticas e culturais sob uma nova Constituição. As contradições políticas do seu governo alavancaram críticas que levaram ao esfacelamento do bloco histórico que lhe sustentava. Os conflitos e as disputas em suas bases sociais – os casos de El Alto e do TIPNIS aqui citados foram apenas capítulos de uma história mais complexa que envolve diferentes tipos de tensões – somados às dificuldades do MAS de construir novas lideranças de projeção nacional e a insistência na figura de Morales foram alguns dos elementos considerados que fizeram com que o governo não contasse com um apoio que impedisse o golpe.

Em relação a esse último aspecto, compreender a crise política que resultou na renúncia de Morales e sua fuga do país como uma nova etapa de golpes na América Latina nos parece de fundamental importância para refletir sobre o desfecho de um dos últimos governos herdeiros de uma onda nacionalista e popular no continente. Como afirmamos, os anos 1990 e 2000 foram marcados pela eleição de governos que impuseram limites à pauta neoliberal e promoveram processos – em alguns casos mais, em outros casos menos – radicais de democratização da democracia, de redução da miséria, de uma distribuição mais equitativa da renda, da ampliação de direitos e de uma maior cooperação Sul-Sul entre os países. O golpe, por sua vez, já ocorre em uma nova conjuntura na qual se apresenta uma agenda que retoma a pauta neoliberal, aprofunda o modelo predatório de acumulação capitalista, excluem-se as contrapartidas sociais e, em alguns casos, trazem à cena o fundamentalismo religioso de matriz neopentecostal, o racismo e a intolerância contra as diversas formas de existência.

A pandemia causada pelo vírus COVID-19 é outro elemento que tem contribuído para o recrudescimento das desigualdades sociais e a precarização do trabalho de forma ampla e generalizada no continente. Em alguns casos, como o Brasil, a irresponsabilidade do governo de tratar o tema resulta em um cenário que pode ser considerado uma tragédia humanitária. Assim, em tempos de isolamento social e, no momento, de retomada gradativa das atividades laborais e educacionais, qual cenário poderíamos vislumbrar? No caso da Bolívia, já podemos falar em um retrocesso nos direitos conquistados pelas classes populares e indígenas nos últimos anos? Como fica a questão do Estado Plurinacional e Comunitário? E a Constituição de 2009? Seguirá com legitimidade? Podemos esperar novos processos constituintes que irão reverter essas conquistas? Como historiadores, não nos cabe prever o futuro, mas sim seguirmos atentos aos desdobramentos desse processo.

Se é certo que uma nova modalidade de golpe tem se consolidado na América Latina e as direitas seguem firmes na condução de vários Estados, por outro lado, os acúmulos conquistados pelos diversos movimentos sociais durante a onda nacionalista e popular servirão de base para redefinir as estratégias de re-existência podendo lançar para esse porvir pautas ainda mais radicais. O filósofo boliviano Luis Tapias, por exemplo, fala de soluções que, em muitos casos, colocam em cheque até mesmo o princípio da plurinacionalidade no âmbito do Estado em favor de concepções que giram em torno de uma noção de governos multiculturais ou multisociais, partindo da premissa de que ideia de governo é anterior à ideia de Estado. Para Tapias, a experiência acumulada durante o Governo MAS e a resposta à nova conjuntura de reascensão das direitas pode fortalecer um caminho no sentido da defesa de outras formas de governo mais democráticas e mais radicais como a de governos comunitários (TAPIAS, entrevista, 2017). É certo que este é apenas um dos múltiplos horizontes possíveis e que para que essa condição se realize seria necessário ainda constituir um novo bloco histórico que fosse capaz de superar o atual o estado das coisas. O que queremos chamar atenção é somente para o fato de que as críticas continuam vivas e pujantes, assim como as ações históricas de sujeitos que foram silenciados e invisibilizados ao longo dos séculos e que dificilmente voltarão a essa condição após ter conquistado tantas mudanças.

Indícios disso ocorrem no momento em que finalizamos esse artigo. A chapa do MAS, composta pelos ex-ministros de Evo Morales, Luis Arce (Economia) e David Choquehuanca (Relações Exteriores), venceu a eleição presidencial, em outubro de 2020, com 55,11% dos votos.^{xxxvii} O êxito dos candidatos e a forte mobilização social ocorrida nos meses anteriores ao escrutínio, provavelmente, possibilitarão a continuidade da *revolução democrática e cultural* por meio dessas lideranças, algo que fortalece nossa avaliação acerca do equívoco de Morales em buscar um quarto mandato presidencial (o terceiro pela Constituição

aprovada em 2009). Contraditoriamente, o golpe de Estado em 10 de novembro, a violenta repressão das Forças Armadas, observada nos massacres às organizações sociais mobilizadas contra a ruptura institucional nos vilarejos de Senkata (El Alto) e de Sacaba (Cochabamba)^{xxxviii}; e os efeitos sociais da COVID-19 reunificaram as bases sociais com o MAS e possibilitaram a retomada do vigor militante do bloco histórico formado na primeira década do século XXI. É preciso seguirmos atentos para acompanhar os próximos passos da história do tempo presente da nação andino-amazônica.

Referências

- Análisis del informe final de la OEA sobre las elecciones en Bolivia por CELAG.** Disponível em: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2019/12/analisis-del-informe-final-de-la-oea-sobre-las-elecciones-en-bolivia.pdf> Acesso: 20 de março de 2020.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Bolívia: Democracia e Revolução – A Comuna de La Paz de 1971.** São Paulo: Alameda, 2011.
- Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2012) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas.** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.
- Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2014) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas.** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.
- Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2017) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas.** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.
- Anuario estadístico de America Latina y el Caribe (2019) - Comissão Econômica para América Latina y Caribe/Naciones Unidas.** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> Acesso: 23 de maio de 2020.
- Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019).** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019> Acesso: 10 de março de 2020.
- BARBÉ, Carlos. **Golpe de Estado.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; BIANCHI, Alvaro. **O que é um golpe de estado?** Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/> Acesso: 23 de março de 2020.
- Bolivia: la CIDH constata discriminación, intolerancia, racismo y “graves violaciones de DDHH”.** Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/12/golpe-de-estado-en-bolivia-la-cidh-constata-discriminacion-intolerancia-racismo-y-graves-violaciones-de-ddhh/> Acesso: 20 de dezembro de 2019.
- CAMARA, Marcelo. **Juntas Vecinales de El Alto: Memórias Campesino-Sindicais na Constituição do Protagonismo Social.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais, V 13, nº 1 / maio 2011 [DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n1p63>].
- CHUMACERO, Rómulo A. **El camaleón, el mutante y Houdini: Resultados de las elecciones en Bolivia.** Disponível em: <http://rchumace.econ.uchile.cl/papers/cmh.pdf> Acesso: 10 de maio de 2020.
- COELHO, André Luiz e MENDES, Mateus. **A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff.** Sul Global, V. 1, nº 1, 2020. PP. 212-232. de Brasília, 11ª ed., 1998.

CÚNEO, Martín. **Las juntas vecinales de El Alto le declaran la guerra al golpe de Estado en Bolivia.** Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/bolivia/las-juntas-vecinales-de-el-alto-le-declaran-la-guerra-al-golpe-de-estado-en-bolivia> Acesso: 31 de janeiro de 2021.

Elecciones Generales 2019. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2019/11/Separata_Resultados_Nacionales_EG_2019.pdf Acesso: 25 de março de 2019.

ELECTORAL GEOGRAPHY. **Bolivia: Presidential Elections.** 2002. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2002-president-elections-bolivia.html> - consulta em 24/08/2010.

_____. **Bolivia: Presidential Elections.** 2005. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2005-president-elections-bolivia.html> - consulta em 24/08/2020.

FEJUVE-EL ALTO, **Resoluciones del XVI Congreso Ordinario de la FEJUVE EL ALTO,** 2010.

FERRUFINO, Pablo Cesar Cambara. **¿Por qué hay dos conteos de votos en el TSE?.** Disponível em: https://eldeber.com.bo/154079_por-que-hay-dos-conteos-de-votos-en-el-tse Acesso: 30 de outubro de 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 5.

IDROBO, Nicolás, KRONICK, Dorothy e RODRIGUEZ, Francisco. **Do shifts in late-counted votes signal fraud? Evidence from Bolivia.** Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3621475 Acesso: 20 de julho de 2020.

INE [Instituto Nacional de Estadística]. **Censo Nacional de Población y Vivenda.** La Paz: INE, 2012.

Informe final - Análisis de Integridad Electoral Elecciones Generales en el Estado Plurinacional de Bolivia da OEA - 20 de octubre de 2019. Disponível em: [https://www.oas.org/es/sap/deco/informe-bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Analisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20\(OSG\).pdf](https://www.oas.org/es/sap/deco/informe-bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Analisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20(OSG).pdf) Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

Informe Latino Barometro, 2018. P. 35.

JOHNSTON, Jake e ROSNICK, David. **Observando a los observadores: La OEA y las elecciones bolivianas de 2019.** Center for Economic and Policy Research. Washington, Março de 2020. Disponível em: <https://cepr.net/report/observando-a-los-observadores-la-oea-y-las-elecciones-bolivianas-de-2019/> Acesso: 30 de março de 2020.

JORNADA, “Ofrecimientos de Evo no convencen y se intensifican medidas contra gasolinazo”, 30/11/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=57613-1> – consulta em 24/08/2020

La COB le pide a Morales renunciar si es necesario para pacificar el país. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=nOBa0RnMRnA> Acesso: 11 de novembro de 2020.

LAZAR, Sian. **El Alto: Ciudad Rebelde.** La Paz: Plural Editores, 2013.

MACCHIAVELLO, Fiorella. **O Espaço Transitório na Cidade de El Alto, na Bolívia.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 2008.

MANCILLA, Alfredo Serrano. **Lecciones bolivianas para una América Latina en disputa.** Disponível: <https://actualidad.rt.com/opinion/alfredo-serrano-mancilla/375249-lecciones-bolivianas-america-latina> Acesso: 30 de agosto de 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo, Boitempo, 2008.

MIRANDA, Boris. **Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666> Acesso: 05 de fevereiro 2021.

MOLDIZ, Hugo. **Golpe de Estado en Bolivia - La Soledad de Evo Morales**. OceanSur, 2020.

MOLINA, Fernando e STEFANONI, Pablo. **¿Cómo derrocaron a Evo?** Disponível em: <http://uninomadasur.net/?p=2309> Acesso: 11 de novembro de 2019.

MOLINA, Fernando. **O discurso dos pequenos 'Bolsonaros bolivianos'**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571518966_843982.html Acesso: 20 de outubro de 2019.

_____, **¿A dónde conducirá la crisis boliviana?** Disponível em: <https://nuso.org/articulo/donde-conducira-la-crisis-boliviana/> Acesso: 30 de agosto de 2020.

MORALES AYMA, Evo. **Discurso del Presidente Constitucional de la República, Evo Morales, en ocasión de la promulgación de la nueva CPE** [La Paz, 07/02/2009]. 2009A. In: <https://www.nodo50.org/mariategui/boliviadiscursodelpresidenteconstitucionaldelarepublica.htm> - consulta em 25/01/2019

NAPOLITANO, Marcos. **Golpe de Estado: entre o nome e a coisa**. Estudos Avançados, V. 33, nº 96, 2019. PP. 397-420.

OPERA MUNDI [REDAÇÃO]. **Pivo de um escândalo de corrupção: Ex Namorada de Evo Morales é Presa na Bolívia**. 26/02/2016. In: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43343/pivo+de+um+escandalo+de+corrupcao+ex-namorada+de+evo+morales+e+presa+na+bolivia.shtml> – consulta em 24/08/2020.

PADILLA, Abdel. **Bolivianos encaram quarta candidatura sucessiva de Evo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/bolivianos-encaram-quarta-candidatura-sucessiva-de-evo.shtml> Acesso: 16 de dezembro de 2018.

SILVA, Fabrício Pereira da. **O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 2018, PP. 165-170.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. e BETANCOURT, Milson. **Encrucijada Latinoamericana en Bolivia: El Conflicto del TIPNIS y sus Implicaciones Civilizatorias**. La Paz: CIDES, 2013.

Publicación de resultados - Elecciones Generales 2020. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/10/Separata_Resultados_EG_2020.pdf Acesso: 10 de novembro de 2020.

¿Qué es la Resistencia Juvenil Cochala? Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/246636-que-es-la-resistencia-juvenil-cochala> Acesso: 20 de abril de 2020.

RAMIREZ, Pablo Mammani. **Microgobiernos Barriales: Levantamiento de la Ciudad de El Alto (Octubre 2003)**. La Paz: CADES, 2005.

REVILLA, Carlos. **Visibilidad y Obrismo: La Estrategia del Plan Progreso en la Ciudad de El Alto**. La Paz: Unitas, 2007.

ROJAS, Betty Condori. **Alcaldesa de Vinto: Identifiqué a 10 agresores; Policía no me ayudó**. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/cochabamba/alcaldesa-vinto-identifique-10-agresores-policia-ayudo/20200115002645746036.html> Acesso: 25 de janeiro de 2020.

ROJAS, Fernanda. **"La Biblia vuelve al Palacio": Jeanine Añez, la autoproclamada Presidenta interina de Bolivia**. Disponível em: <https://www.latercera.com/la-tercera-pm/noticia/la-biblia-vuelve-al-palacio-jeanine-anez-la-autoproclamada-presidenta-interina-de-bolivia/898931/> Acesso: 13 de novembro de 2019.

STEFANONI, Pablo. **Biblias, balas y votos**. Disponível em: <https://vientosur.info/spip.php?article15323> Acesso: 23 de novembro de 2019.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **Neogolpismo**. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html> Acesso: 23 de março de 2020.

Unión Europea Misión de Expertos Electorales BOLIVIA 2019 Informe Final. Disponível em: http://aceproject.org/ero-en/regions/americas/BO/bolivia-informe-final-elecciones-a-la-asamblea/at_download/file. Acesso: 01 de agosto de 2020.

VILAR, José Rafael. **De encuestas y elecciones en Bolivia 2009.** La Paz: Fundación Konrad Adenauer, 2009/2010.

WEBBER, Jeffery. **Mercado mundial, desarrollo desigual y patrones de acumulación: la política económica de la izquierda latinoamericana.** IN: GAUDICHAUD, Franck, WEBBER, Jeffery e MODONESI, Massimo. **Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI - Ensayos de Interpretación Histórica.** UNAM, 2019.

WILLIAMS, Jack R. e CURIEL, John. **Análisis de la elecciones de Bolivia en 2019.** Disponível em: <https://cepr.net/report/analisis-de-las-elecciones-de-bolivia-en-2019/>. Acesso: 04 de março de 2020.

ZIBECHI, Raúl. **Un levantamiento popular aprovechado por la ultraderecha.** Disponível em: <https://vientosur.info/spip.php?article15294>. Acesso: 23 de novembro de 2020.

ENTREVISTAS realizadas em trabalho de campo (janeiro de 2017)

NINA, Fanny, estudante de direito, aproximadamente 40 anos, ex presidenta da FEJUVE no ano de 2010 [GASOLINAZO], ex dirigente vecinal pelo Distrito 5 [Mercurio].

FLORES MENDONZA, Luis, aproximadamente 50 anos, funcionário público, ex dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 4 e atualmente trabalha para o vereador de El Alto, (SOL.BO)

OJEDA, Irene Mamani, aproximadamente 50 anos, comerciante, moradora da Santa Clara/El Alto, ex dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 1 [Villa Adella], ex dirigente e fundadora da Federación de Mujeres de El Alto e dirigente do Comité Cívico de El Alto em 2017.

TAPIAS, Luis. aproximadamente 60 anos, filósofo, professor do CIDES/UMSA.

Recebido: 02/06/2021

Aceito: 20/11/2021

Publicado: 18/02/2022

ⁱ Professor de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)/UFRJ (2013). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0001-7551-6448>

ⁱⁱ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Obteve o Mestrado (2011), Licenciatura e Bacharelado (2008) pela mesma Universidade. Foi agraciada com o 1º Lugar no Prêmio PRONEX - Cultura Histórica e Usos do Passado (Teses & Dissertações). Autora do livro "Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)" (FGV, 2016). Professora de História e Sociologia da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ). <https://orcid.org/0000-0001-7713-4814>

ⁱⁱⁱ O conceito gramsciano de "bloco histórico" remete a um entendimento da realidade como dinâmica e viva (GRAMSCI, 2002). Nesse sentido, a composição de alianças construídas em torno do MAS e da liderança política e intelectual de Evo Morales e Alvaro García Linera, no âmbito da fórmula do "poncho e gravata", é fruto de um esforço em agregar diferentes setores da sociedade boliviana em prol de um projeto comum de transformações orientado a favorecer as classes populares e os indígenas. Entretanto, o Pacto de Unidade que

deu sustentação a composição do bloco e que alçou Morales, Linera e o MAS ao governo não é isento de tensões. Apesar de ser bastante representativo e de ter cumprido um importante papel nas vitórias eleitorais do MAS, bem como na assinatura de uma nova Constituição que estabelece a Bolívia como um Estado Plurinacional e Comunitário, o bloco não foi capaz de superar as diversas contradições internas e os vários limites estruturais desse projeto que agudizaram-se ao longo dos anos.

^{iv} A Agenda de Outubro foi construída no calor dos eventos ocorridos ao longo da Guerra do Gás, conflito ocorrido no país em 2003 que resultou na renúncia do então presidente Gonzalo Sanches de Lozada (2002-2003), depois de ampla mobilização popular. Seu conteúdo sinaliza de forma genérica, porém categórica, para a necessidade de se avançar na nacionalização dos recursos naturais, hidrocarbonetos e gás, com intuito de restabelecer a soberania do país sobre a gestão de suas riquezas, viabilizando uma reconfiguração econômica e, ao mesmo tempo, avançando na redação de um novo pacto político para o país com a convocação de uma Constituinte.

^v A reivindicação dos pressupostos plurinacional e comunitário para o Estado boliviano parte de um questionamento existente desde os anos 1990 pelo menos, em várias partes do mundo, do reconhecimento do caráter multiétnico da população boliviana e da necessidade de se criar mecanismos que garantissem maior visibilidade às diferenças existentes no interior do Estado. Porém, se, por um lado, a proposta direcionava-se ao afastamento do “monoculturalismo da assimilação” que visava integrar o indígena à vida nacional de forma colonial e silenciadora, como foi na Revolução de 1952; por outro, também procurava diferenciar-se de um multiculturalismo que reconhecia a diferença desde que “continue subordinada, restringida”, como foi na ocasião das reformas da década de 1990 (SCHAVELZON, 2010, p. 5). Na Constituinte, tais premissas traziam profundas implicações para o novo Pacto Social, pois envolvia objetivamente os seguintes pontos: denunciar o colonialismo interno e apontar para os mecanismos de descolonização e retratação histórica; resgatar as tradições comunitaristas dos *ayllus* (comunidades indígenas com raízes milenares) e das organizações indígenas; defender a autodeterminação dos povos originários e a autogestão; incorporar a noção de direitos coletivos (e não apenas individuais) e de pluralismo jurídico; diversificar as práticas democráticas, incluindo procedimentos quantitativos e qualitativos de participação e de tomada de decisões; estabelecer novas territorialidades que pudessem reconhecer os diferentes tipos de autonomia; incluir novos sujeitos políticos no pacto social, como a natureza e os “seres da terra”; determinar o fim do latifúndio e garantir o controle dos recursos naturais pelo povo, entre outros (cf. NCPE, 2009).

^{vi} Sobre o ciclo expansivo das *commodities* no sistema internacional, ver: Martins (2011) e Webber (2019).

^{vii} Apesar de alguns avanços significativos, sobretudo no âmbito dos discursos anti-hegemônicos ou da diminuição da miséria e da pobreza com a ampliação dos investimentos sociais, o governo não rompeu com o modelo de desenvolvimento econômico extrativista, produtivista e o consumista que, por fim, perpetuaram-se enquanto bases para a produção de excedentes do Estado, fonte de onde se originam os investimentos do governo. Não à toa, no informe anual de gestão e em várias ocasiões (Cf. MORALES, 2017A; 2017C; 2017D; 2018D), o Presidente seguidamente reafirmou como uma conquista do governo o fato da Bolívia seguir com um padrão expressivo de crescimento econômico, um dos maiores do continente. Mas o que significa exatamente esse “crescimento”? Entra de fato em contradição com o Bem Viver, brevemente discutido posteriormente. O aumento do preço das *commodities* no mercado internacional, somado a algumas renegociações contratuais com empresas transnacionais, como com a brasileira Petrobras, foi o que permitiu ao governo implementar uma série de medidas distributivas que lhe conferiu apoio popular, sem, contudo, romper com a histórica dependência que o país possui com esse modelo predatório. A diversificação da economia aconteceu a um ritmo bem lento. A essência da acumulação capitalista não foi alterada, as oligarquias que controlam os setores extrativista e agroexportador não foram desarticuladas completamente e o governo assinou as diretrizes estabelecidas pela Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), que possui um forte componente moderno-colonial, pois reforça o viés extrativista das economias de maneira a suprir as demandas do mercado asiático. Esta segue sendo uma das maiores contradições enfrentadas por todo o campo das esquerdas no continente que aventa a possibilidade de uma ruptura com o neoliberalismo, mas com enormes dificuldades de superar o modo de produção capitalista baseado no extrativismo e na monocultura agroexportadora.

^{viii} Os relatórios da CEPAL consultados não divulgaram informações sobre os índices de pobreza nos anos de 2010 e 2016. Para fins de arte gráfica, evitando distorções por inexistência de dados, repetimos os números dos anos de 2009 e 2015.

^{ix} Localizado entre os departamentos de Cochabamba (ao sul) e Beni (ao norte), o TIPNIS tem pouco mais de um milhão de hectares e é propriedade coletiva de aproximadamente 15 mil pessoas de três povoados indígenas: moxeños, yurakarés e chimanes. O projeto de construção da estrada vinha sendo esboçado desde 2007 e previa um traçado de 306 km, unindo Vila Tunari, no Departamento de Cochabamba (sul) a San Ignacio de Moxos, em Beni (norte). Para o governo, o projeto está inscrito no Plano Nacional de

Desenvolvimento/PND e no Plano de Governo 2010-2015 que prevê uma “revolução viária” no país com a construção de dezenas de estradas e pontes para promover a integração territorial e otimizar as políticas de escoamento de produtos. Por outro lado, o projeto também insere-se no âmbito das iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana/IIRSA, que tem por objetivo promover a integração física do continente para atender às demandas crescentes do mercado asiático, com forte apoio de potências regionais, como o Brasil (Cf PORTO-GONÇALVES; BETANCOURT, 2013).

^x As *juntas vecinales* consistem em umas das principais formas de organização coletiva e popular. Têm um recorte territorial e comunitário, e combinam elementos modernos (pois se assemelham às associações de moradores) e tradicionais (pois trazem aspectos constitutivos do poder da comunidade indígena oriunda dos ayllus).

^{xi} A cidade teve um papel protagonista na Guerra do Gás de 2003 e na Guerra da Água de 2005, foi determinante na derrubada de dois presidentes nesse período, contribuiu de forma significativa na eleição de Evo Morales em 2005 e protagonizou o Gasolinazo de 2010, para citar apenas os últimos acontecimentos.

^{xii} Sisa e Katari foram duas lideranças aymaras que se insurgiram contra o domínio espanhol em várias rebeliões, dentre as quais destaca-se o Cerco de La Paz em 1781, que durou 184 dias, com comando estabelecido na cidade de El Alto. Sisa desempenhou um papel crucial nesse movimento após à captura de Katari em abril daquele ano. Acabou traída e entregue às forças espanholas que a executaram no ano seguinte. Katari também teve um desfecho cruel: foi torturado, executado e seus quatro membros inferiores e superiores arrancados pela força de quatro cavalos que correram nas quatro direções. Até hoje, paira sobre os movimentos indígenas uma áurea mítica que especula sobre um possível retorno do casal para dar continuidade à luta contra as opressões.

^{xiii} Podemos citar, por exemplo, o contexto da Guerra Federal em 1899, quando sob a liderança de Zárate Wilka, chegou a ser proclamados vários governos indígenas na região ou mesmo na Revolução Nacionalista de 1952, quando a região se converteu em um “referente del triunfo legitimador de La Revolución Nacional” (RAMIREZ, 2005, p. 27). Em outubro de 2003, quando houve a Guerra do Gás, a cidade de El Alto se insurgiu de tal forma que a capital boliviana foi sitiada e o medo de uma “invasão indígena” apavorou a população. O cerco durou uma semana. Com a população faminta, sem combustível, La Paz agonizou diante da fúria popular alteña que terminou derrubando não apenas um, mas dois presidentes. Para Ramirez, a partir dessas insurreições e lutas, El Alto foi se tornando gradativamente “uno de los lugares en que mejor resume este largo recorrido de la lucha en la colonia y la república” (Idem, p. 27).

^{xiv} El Alto é uma cidade toda enredada e tem várias instituições associativas e representativas. Ninguém nunca está sozinho. Das *juntas vecinales* e FEJUVE (federação das *juntas vecinales*) de âmbito territorial, passando pela COR (*central obrera regional*) e *Federación de Gremiales* (comerciantes) de âmbito laboral, ao Comitê Cívico que trata de todos os temas transversais da cidade, até as instâncias oficiais como a *Alcaldia* (prefeitura), as *Subalcaldias* por Distrito (são 14) e o próprio *Concejo Municipal* (Câmara de Vereadores). São dezenas de dirigentes atuando todos os dias nessas frentes, o que confere um ar politizado e associativista nessa cidade. A escolha por trabalhar com as *juntas vecinales*, organização popular de recorte territorial, se dá porque, apesar de atuar conjuntamente a outras organizações (laborais, políticas, culturais etc), as *juntas* possuem grande relevância nas relações de poder da cidade, sobretudo a partir de sua Federação, a FEJUVE.

^{xv} Segundo José Rafael Vilar, os estudos eleitorais e pré-eleitorais em El Alto demonstram que a cidade pode ser considerada como um “batión de Morales”, com índices de intenção de votos e de votos, que, em vários momentos, superavam os 80%. (VILAR, 2009/2010, p. 27)

^{xvi} Para Irene Ojeda, ex-dirigente da FEJUVE-El Alto na Guerra do Gás entrevistada em 2017, Evo Morales é uma consequência política dessa Agenda. Sem a Guerra do Gás de 2003 e sem a Agenda de Outubro dificilmente poderíamos falar de algum *Proceso de Cambio*: “[...] en 2003, el pueblo ha hecho esta Agenda de Octubre, donde estaba la nacionalización de los hidrocarburos, la creación de fuentes de empleo, los más primordiales. [...] nos llega a una ira cuando escuchamos decir: ‘el Proceso de Cambio’. Cuando no saben esas personas donde ha nacido ese ‘Proceso de Cambio’ y para que se ha hecho este Proceso de Cambio.” (OJEDA, Entrevista, 2017).

^{xvii} Como vimos, a Constituição de 2009 redefine o Estado boliviano como Plurinacional e Comunitário. Em relação ao aspecto do poder comunal, trata-se de articular à matriz liberal de representação e participação políticas, as práticas comunitárias de deliberação e tomadas de decisão. Em outras palavras, o poder comunal remete à construção de uma nova concepção de poder fundamentada no reconhecimento das autonomias, da plurinacionalidade, do comunitarismo, da complementaridade em relação à *Pachamama* em oposição ao modelo do Estado-Nação Moderno-Colonial desenvolvimentista.

^{xviii} O aumento dos salários de algumas categorias, como a Polícia, as Forças Armadas e os setores de Saúde e Educação; o compromisso de enviar 300 mil dólares para os municípios que apresentassem um plano

estratégico de incremento da capacidade produtiva (de alimentos); a compra de alimentos, como arroz, milho e trigo, diretamente dos produtores bolivianos com um aumento de 10% em relação aos valores que oscilam no mercado; incentivos à conversão dos combustíveis dos carros que funcionam a diesel e gasolina para o gás natural; destinaria 20 milhões de dólares para créditos que pudessem favorecer motoristas, sindicalistas e artesãos; por fim, disse que a criação de novos empregos teria início a partir de 15 de janeiro atendendo prioritariamente a cidade de El Alto e o Plan Tres Mil de Santa Cruz (JORNADA, 30/11/2010).

^{xix} Um dos que estourou às vésperas do referendo envolveu uma ex-namorada do presidente e ficou conhecido como *zapatazo*. Gabriela Zapata, representante da empresa chinesa CAMC, foi acusada de tráfico de influências por ter intercedido diante de entidades públicas em favor da empresa privadas como lobista. Supostamente ela teria enviado cartas com propostas de negócios em nome governo sem ter autorização para fazê-lo. Zapata negou as acusações e Morales afirmou que ela atuou sem o seu consentimento (OPERA MUNDI [REDAÇÃO], 26/02/2016).

^{xx} No contexto do referendo, o “NO” representava a recusa pela possibilidade de uma terceira reeleição de Evo Morales, enquanto o “SI” autorizava a emenda constitucional que permitiria a reeleição indefinida para o Executivo.

^{xxi} Sobre a controversa aprovação de uma nova candidatura por Morales, ver: PADILLA (2018)

^{xxii} O conceito do Bem Viver não é novo. Historicamente, já foi utilizado e apropriado de diferentes formas, em múltiplos contextos, possuindo um significado plural. Porém, sua maior relevância advém dos últimos anos quando reapareceu com força ainda na onda dos governos nacionalistas e populares, tendo como expoentes máximos além de Evo Morales (2006), na Bolívia, com o Vivir Bien, também Rafael Correa, no Equador (2007), com o Buen Vivir, com inscrições inclusive em suas respectivas Constituições. Outrossim, nos tempos de silêncio, o suma qamaña, suma kawsay ou teko kavi, como também pode ser definido em aymara, quéchua e guarani, seguia latente e expressando a realidade de muitas comunidades indígenas do altiplano andino e da Amazônia.

^{xxiii} **Gobierno, FEJUVE de El Alto y 20 provincias de La Paz instalan diálogo este viernes en Palacio**

Quemado. Disponível em: <https://comunicacion.gob.bo/?q=20191122/28099> Acesso: 31 de janeiro de 2021 e **La COB pide la renuncia de Evo Morales.** Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/nacional/2019/11/10/la-cob-pide-la-renuncia-de-evo-morales-236994.html#!> Acesso: 11 de novembro de 2019.

^{xxiv} A constituição do nosso vizinho permite a candidatura de estrangeiros. O “Dr. Chi” migrou para a Bolívia com 12 anos, em razão dos seus pais migrarem para trabalhar em uma missão religiosa da Igreja Presbiteriana da Coreia. A empreitada religiosa foi exitosa, pois sua família fundou 70 igrejas pelo país. Sua campanha utilizou largamente as redes sociais e apostou em uma agenda ultraconservadora. Sua tática eleitoral foi muito semelhante a de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Em razão disso, naquela ocasião, ele foi apelidado de “Bolsonaro boliviano” pelos seus críticos. Ver: Molina (2019).

^{xxv} Molina (2019).

^{xxvi} A RJC é um exemplo de força paramilitar que atuou nos dias subsequentes ao 1º turno da eleição. O grupo teve importante papel na deslegitimação do escrutínio e na renúncia de Evo Morales (PÁGINA 12, 10/02/2020).

^{xxvii} CEPAL (2019) e Webber (2019)

^{xxviii} A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias eleitorais de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, seus governos consistiram em experiências plurais e anti-sistêmicas, que marcaram um novo período da nossa história. Para um aprofundamento do debate, consultar: PEREIRA DA SILVA (2018).

^{xxix} Manuel Zelaya foi eleito presidente de Honduras em 2005 pelo partido Partido Liberal Hondurenho (PLH). Sua trajetória política esteve alinhada, desde a década de 1980, aos grupos moderados e conservadores do país. Ele não possuiu em sua carreira política ligações orgânicas com a esquerda hondurenha. No entanto, seu mandato foi impactado pela crise econômica de 2008, que fez com que as relações comerciais com o seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, se deteriorassem. Dessa forma, com o intuito de diversificar os seus aliados internacionais, Zelaya aproximou-se da Venezuela governada por Hugo Chávez e dos demais países de esquerda da América Latina, que à época vivenciava o auge da onda rosa. Ao incorporar a sua gestão propostas da esquerda regional, como a consulta popular acerca da convocação de uma Assembleia

Constituinte, a ser realizada na eleição de 2009, ele desencadeou uma tenaz oposição de partidos políticos, como o próprio PLH, o congresso, o Judiciário e as Forças Armadas. Em consequência disso, presenciamos o golpe de Estado na nação centro-americana, que ocorreu da forma clássica, com o protagonismo dos militares e a complacência dos demais poderes. Ver: Golberg (2009) e Araujo e Pereira (2017).

^{xxx} A distribuição de renda para as parcelas mais pobres da população foi impulsionada por diversos programas sociais, tais como: Renta Dignidad, Renta Solidaria, Bono Juana Azurduy, Bono Juancito Pinto, Complemento Nutricional “Carmelo” y Subsidio Universal Prenatal “Por la Vida”. Somados, eles atenderam em torno de 4,8 milhões de indivíduos (de um total de 11,3 milhões) em 2018. Sobre o tema, consultar: **Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995)**. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf Acesso: 03 de março de 2019. P. 19.

^{xxxi} **Elecciones generales de 2019 (OEP).**

^{xxxii} Publicación de resultados nacionales. Elecciones generales de 2019. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/elecciones-generales-2019-2/> Acesso: 20 de maio de 2020.

^{xxxiii} ROJAS (2020a)

^{xxxiv} Luis Fernando Camacho é presidente do Comitê Cívico Pró-Santa Cruz de la Sierra. Essa entidade foi um dos principais polos de oposição ao governo de Evo Morales. Ela agrega setores conservadores da sociedade civil boliviana e grupos empresariais vinculados, principalmente, ao agronegócio daquele departamento. Camacho foi um dos principais líderes políticos das mobilizações que culminaram na renúncia de Morales da presidência e notabilizou-se, naquela ocasião, por realizar discursos carregados de insígnias conservadoras e mobilizadoras símbolos cristão. Ver: Miranda (2019)

^{xxxv} ROJAS (2020b)

^{xxxvi} A TREP é responsável pela contagem preliminar e não oficial de votos. Ela consiste em um meio mais simples de cálculo. Por apresentar resultados preliminares, seus operadores inserem as folhas eleitorais escaneadas em um aplicativo de celular e as transmitem para o Sistema de Registro Civil (SERECI). Quando as informações inseridas no software coincidem com as enviadas ao SERECI, elas são publicadas. A Contagem Oficial é a mais completa, precisa e, portanto, demorada. Ela demanda o escaneamento das atas eleitorais pelos funcionários dos tribunais de cada departamento e a sua averiguação pelos membros do TSE. A comparação das informações com as listas oficiais de votantes consiste em um requisito básico. Por conseguinte, é o único meio oficial de contabilização do sufrágio. Tanto as informações da TREP quanto as divulgadas após a aferição final pelo TSE ficam disponíveis para qualquer cidadão ou partido político, justamente para que possíveis incongruências sejam examinadas. Por isso, as críticas à OEA, que considerou em seu relatório de acusação de fraude eleitoral os dados da TREP. Para um aprofundamento dessas informações, consultar: Ferrufino (2019) e Johnston e Rosnick (2020).

^{xxxvii} **Publicación de resultados - Elecciones Generales 2020.** Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/10/Separata_Resultados_EG_2020.pdf Acesso: 10 de novembro de 2020.

^{xxxviii} Ver: **Bolivia: la CIDH constata discriminación, intolerancia, racismo y “graves violaciones de DDHH”.** Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/12/golpe-de-estado-en-bolivia-la-cidh-constata-discriminacion-intolerancia-racismo-y-graves-violaciones-de-ddhh/> Acesso: 20 de dezembro de 2019.